

STJ00112982 - V.1

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rachel Leticia Curcio **Ximenes** de Lima Almeida
Tiago de Lima **Almeida**

ALBERTO GENTIL DE ALMEIDA PEDROSO
Coordenação

EXTRAJUDICIAL

VOLUME

1

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tox: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Almeida, Rachel L. C. Ximenes de L.
Direito Tributário / Rachel L. C. Ximenes de L. Almeida, Tiago de Lima Almeida ; Alberto Gentil de Almeida Pedrosa, coordenação. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021. -- (Coleção O Direito e o Extrajudicial ; volume 1)

Bibliografia.
ISBN 978-65-5991-859-1

1. Direito tributário 2. Direito tributário - Brasil 3. Notários e registradores - Brasil I. Almeida, Tiago de Lima. II. Pedrosa, Alberto Gentil de Almeida. III. Título. IV. Série.

21-72758

CDU-34:336.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito tributário 34:336.2

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA COLEÇÃO.....	5
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO.....	9
ESTRUTURA DA COLEÇÃO.....	11
SOBRE A COORDENAÇÃO.....	13
SOBRE OS AUTORES DA COLEÇÃO.....	15
PREFÁCIO DO VOLUME.....	25
SOBRE OS AUTORES DO VOLUME.....	29
INTRODUÇÃO.....	33
1. CONCEITO DE TRIBUTO E SUAS ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS.....	39
1. Conceito de tributo e sua função no estado democrático de direito.....	39
2. Das espécies tributárias.....	43
2.1. Impostos.....	44
2.2. Taxas.....	46
2.3. Contribuições de melhoria.....	48
2.4. Empréstimo compulsório.....	50
2.5. Contribuições especiais.....	51
2. DOS EMOLUMENTOS.....	55
1. Da natureza jurídica dos emolumentos.....	55
2. Da possibilidade de se requerer isenção de emolumentos.....	64
3. CONTRIBUINTE DO TRIBUTO – DA AUSÊNCIA DE PERSONALIDADE JURÍDICA E JUDICIÁRIA DAS SERVENTIAS / CARTÓRIOS.....	73
4. DO IMPOSTO DE RENDA.....	81
1. Imposto de renda pessoa física.....	81
1.1. Despesas de custeio pagas, necessárias à percepção da receita e à manutenção da fonte produtora.....	86

1.2.	Da possibilidade de retificação da declaração de imposto de renda pessoa física.....	103
2.	Imposto de renda retido na fonte.....	110
5.	DO IMPOSTO SOBRE O SERVIÇO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES ...	119
1.	Da discussão sobre a não incidência de ISS sobre valores recebidos a título de complementação da renda da serventia ou compensação de atos gratuitos – fora do conceito de remuneração pelo serviço prestado.....	126
2.	Da discussão sobre a não incidência de ISS sobre valores atinentes a reembolsos de despesas.....	129
6.	DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DEVIDA PELOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES.....	135
1.	Da discussão sobre a verba indenizatória integrar ou não a base de cálculo da contribuição previdenciária.....	142
7.	RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES.....	149
1.	Da responsabilidade tributária prevista no Código Tributário Nacional.....	149
2.	Da atividade notarial e registral e a realização de lançamentos tributários.....	155
8.	PONTUAIS DISCUSSÕES TRIBUTÁRIAS QUE DEMANDAM ESTRITA OBSERVÂNCIA DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES NO DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES.....	161
1.	Do momento da incidência de ITBI na transmissão de imóveis ou de direitos a eles relativos.....	161
2.	Da incidência de ITBI na divisão desigualitária de bens, sem contra-prestação.....	167
3.	Da incidência de imposto de transmissão <i>causa mortis</i> e doação (ITCMD) nas permutas imobiliárias sem o pagamento da torna.....	172
4.	Do enquadramento tributário dos ofícios da cidadania para fins de ISS...	179
5.	Da exigência de escrituração contábil de todo e qualquer valor que circula na conta bancária do delegatário do serviço notarial e de registro.....	197
	CONCLUSÃO.....	219
	BIBLIOGRAFIA.....	223

DIREITO ADMINISTRATIVO

Caleb Matheus Ribeiro de **Miranda**

Rafael Gil **Cimino**

Vitor Frederico **Kümpel**

Juliano S. A. **Maranhão**

Luís Paulo Aliende **Ribeiro**

ALBERTO GENTIL DE ALMEIDA PEDROSO

Coordenação

EXTRAJUDICIAL

VOLUME

2

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patricia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILIA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

■ Direito administrativo / Caleb Matheus Ribeiro de Miranda...[et al.]; Alberto Gentil de Almeida Pedroso, coordenação. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021. (Coleção O Direito e o Extrajudicial ; volume 2)

Outros autores: Juliano S. A. Maranhão, Luis Paulo Aliende Ribeiro, Rafael Gil Cimino e Vitor Frederico Kumpel

Bibliografia.

ISBN 978-65-5991-860-7

1. Administração pública 2. Atuação extrajudicial 3. ■ Direito administrativo - Brasil I. Miranda, Caleb Matheus Ribeiro de. II. Maranhão, Juliano S. A. III. Ribeiro, Luis Paulo Aliende. IV. Cimino, Rafael Gil. V. Kumpel, Vitor Frederico. VI. Série.

21-72768

CDU-35(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : ■ Direito administrativo 35(81)
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA COLEÇÃO	5
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	9
ESTRUTURA DA COLEÇÃO	11
SOBRE A COORDENAÇÃO	13
SOBRE OS AUTORES DA COLEÇÃO	15
APRESENTAÇÃO DO VOLUME	25
SOBRE OS AUTORES DO VOLUME	29

PARTE I DOS SERVIÇOS FIDEIJURÍDICOS

1. SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO: DEFINIÇÃO COMO SERVIÇOS FIDEIJURÍDICOS E CARACTERÍSTICAS	41
CALEB MATHEUS RIBEIRO DE MIRANDA	
1. Nomenclatura da atividade	41
1.1. Considerações iniciais	41
1.2. Da expressão “Serviços Notariais e de Registro”	43
1.3. Da expressão “Serviços Jurídico-Preventivos”	47
1.4. Da expressão “Serviços Auxiliares do Poder Judiciário”	48
1.5. Da expressão “Órgãos da Fé Pública”	49
1.6. Da expressão “Serviços Extrajudiciais”	49
1.7. Expressão proposta: Serviços Fideijurídicos	50
2. Os Serviços Fideijurídicos	51
2.1. Conceito	51
2.2. Características	52
2.3. Exercício pela Administração Pública	54
2. DA NATUREZA JURÍDICA DOS SERVIÇOS FIDEIJURÍDICOS	59
CALEB MATHEUS RIBEIRO DE MIRANDA e RAFAEL GIL CIMINO	
Introdução	59

1.	Distinção com a atividade jurisdicional.....	59
2.	Da natureza dos serviços fideijurídicos	62
3.	Do prévio apontamento pela doutrina de uma natureza jurídica <i>sui generis</i> aos serviços notariais e registrais	70
4.	Os serviços notariais e registrais e o exercício de atividades similares pela Administração Pública	75
3.	DA DELEGAÇÃO EXTRAJUDICIAL	77
	CALEB MATHEUS RIBEIRO DE MIRANDA e RAFAEL GIL CIMINO	
1.	Nomenclatura e conceito	77
1.1.	Nomenclatura	77
1.2.	Compreensão da expressão Delegação	79
1.3.	Conceito.....	81
2.	Histórico da delegação no direito brasileiro.....	82
2.1.	A serventia como propriedade.....	82
2.2.	A Lei de 11 de Outubro de 1827	84
2.2.1.	A nomeação determinada por questões políticas e relações pessoais	85
2.3.	A comprovação de idoneidade e as provas de conhecimento	86
2.4.	As Emendas Constitucionais nº 7/1977 e nº 22/1982	89
2.5.	Titularidade da competência e titularidade do exercício.....	91
3.	Características da delegação fideijurídica	95
3.1.	Do caráter originário da delegação	95
3.2.	Da responsabilidade subjetiva do delegatário	96
3.3.	Da sujeição da atividade ao regime jurídico híbrido	100
4.	Exercício do Poder Correccional pelo Poder Judiciário.....	104
4.1.	O Papel dos Tribunais de Justiça Estaduais.....	105
4.2.	O papel do Conselho Nacional de Justiça	107
4.	A NATUREZA JURÍDICA DA INTERINIDADE	111
	VITOR FREDERICO KÜMPPEL	
1.	Conceito.....	111
2.	Natureza jurídica.....	112
3.	Requisitos.....	114
4.	Resoluções nº 80 e 81 do CNJ.....	118
5.	Efeitos	123
6.	Controle Administrativo	126
5.	PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS E A DELEGAÇÃO EXTRAJUDICIAL ...	131
	CALEB MATHEUS RIBEIRO DE MIRANDA e RAFAEL GIL CIMINO	
1.	Compreensão dos princípios.....	131

2.	Princípios aplicáveis à função extrajudicial.....	133
3.	Princípio da legalidade.....	135
4.	Princípio da impessoalidade.....	136
5.	Princípio da moralidade.....	138
6.	Princípio da publicidade.....	141
7.	Princípio da eficiência.....	141
8.	Princípio da finalidade.....	142
9.	Princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.....	144
10.	Princípio da continuidade dos serviços públicos e do interesse público ...	146

PARTE II

SERVIÇOS FIDEIJURÍDICOS E ATIVIDADES ASSEMELHADAS EXERCIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CADASTROS *STRICTO SENSU*, CADASTROS JURÍDICOS E REGISTROS

6.	NOÇÕES GERAIS SOBRE REGISTRO, CADASTRO E O EXERCÍCIO DE SERVIÇOS FIDEIJURÍDICOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POR PARTICULARES	149
	CALEB MATHEUS RIBEIRO DE MIRANDA e RAFAEL GIL CIMINO	
1.	Considerações iniciais.....	149
2.	Cadastro e registro.....	152
3.	Exercício cruzado de funções.....	155
3.1.	Exercício de funções registrais pelo cadastro.....	156
3.2.	Exercício de funções cadastrais pelo registro.....	157
3.3.	Exercício de funções registrais por entidades particulares.....	158
7.	SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS E ATIVIDADES SIMILARES: REGISTROS, CADASTROS E CADASTROS JURÍDICOS	161
	CALEB MATHEUS RIBEIRO DE MIRANDA e RAFAEL GIL CIMINO	
1.	Considerações iniciais.....	161
2.	Breve recapitulação da terminologia adotada.....	162
2.1.	Serviços fideijurídicos e serviços notariais e registrais.....	162
2.2.	Registro, cadastro e cadastro jurídico.....	163
2.3.	Exercício cruzado de funções.....	164
8.	SISTEMAS BRASILEIROS DE IDENTIFICAÇÃO DE DIREITOS SOBRE BENS MÓVEIS MATERIAIS	167
	CALEB MATHEUS RIBEIRO DE MIRANDA e RAFAEL GIL CIMINO	
1.	Considerações iniciais.....	167
2.	Identificação dos direitos reais dos bens móveis em geral.....	168
2.1.	Identificação dos proprietários.....	168

2.2.	Nota fiscal.....	170
2.3.	Dos registros de bens móveis junto ao Registro de Títulos e Documentos e ao Registro de Imóveis	170
2.4.	Conveniência e requisitos para a criação de um sistema de registro de direitos sobre bens móveis	173
3.	Registro de propriedade de veículos automotores	177
3.1.	Identificação dos proprietários	177
3.2.	Dos direitos reais de garantia sobre veículos automotores	180
4.	Identificação dos direitos reais sobre aeronaves.....	185
5.	Identificação dos direitos reais sobre navios e embarcações.....	190
6.	Dos Tabelionatos de Notas e Registro de Contratos Marítimos.....	196
9.	SISTEMA BRASILEIRO DE IDENTIFICAÇÃO DE DIREITOS SOBRE BENS IMÓVEIS	199
	CALEB MATHEUS RIBEIRO DE MIRANDA	
1.	Identificação dos direitos reais dos bens imóveis.....	199
2.	Atribuição de funções registrais a entes privados	205
2.1.	As entidades custodiantes das Cédulas de Crédito	206
2.2.	O patrimônio de afetação da Lei nº 13.986/2020	210
2.3.	Da instituição de uma Central de Garantias.....	218
10.	SISTEMAS BRASILEIROS DE IDENTIFICAÇÃO DE DIREITOS SOBRE PROPRIEDADE IMATERIAL.....	221
	CALEB MATHEUS RIBEIRO DE MIRANDA e RAFAEL GIL CIMINO	
1.	Considerações iniciais.....	221
2.	Da propriedade literária, artística e científica	221
2.1.	Dos direitos do autor	221
2.2.	Dos efeitos do registro dos Direitos Autorais e a identificação do autor.....	225
2.3.	Da identificação do registro para proteção de direitos autorais como serviço fideijurídico.....	227
3.	Dos direitos sobre programas de computador	229
3.1.	Direitos de autor sobre programas de computador	229
3.2.	Da identificação do registro de programas de computador como serviço fideijurídico.....	231
4.	Da identificação dos direitos sobre a propriedade industrial	232
4.1.	Da propriedade industrial.....	232
4.2.	A sistemática de concessão de patentes.....	232
4.3.	O registro do desenho industrial.....	234
4.4.	O registro das marcas.....	235
4.5.	Da configuração como serviços fideijurídicos	236

11. SISTEMAS BRASILEIROS DE IDENTIFICAÇÃO DE DIREITOS RELATIVOS ÀS PESSOAS JURÍDICAS	239
CALEB MATHEUS RIBEIRO DE MIRANDA e RAFAEL GIL CIMINO	
1. Considerações iniciais	239
2. O Registro Civil de Pessoas Jurídicas	240
3. Do Registro Público de Empresas Mercantis	241
4. Registro de Sociedades de Advogados junto à OAB	244
5. Registro de Sindicatos: RCPJ e Ministério do Trabalho	247
6. Do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ	248
12. SISTEMAS BRASILEIROS DE IDENTIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO JURÍDICA DAS PESSOAS NATURAIS	249
CALEB MATHEUS RIBEIRO DE MIRANDA e RAFAEL GIL CIMINO	
1. Considerações iniciais	249
2. O Registro Civil das Pessoas Naturais	250
3. A Carteira de Identidade do Nacional e do Estrangeiro	251
4. O Cadastro de Pessoas Físicas	253
13. SISTEMAS DE ASSESSORAMENTO E CERTIFICAÇÃO DE ATOS E NEGÓCIOS JURÍDICOS E JUIZADOS DE PAZ	257
CALEB MATHEUS RIBEIRO DE MIRANDA e RAFAEL GIL CIMINO	
1. Considerações iniciais	257
2. Regra geral	258
3. Da prática de atos sem a intervenção de terceiros	259
4. Da prática dos atos com intervenção de instituição financeira	260
5. Da prática dos atos com intervenção dos Tabelionatos de Notas	262
6. Da prática dos atos com intervenção das autoridades consulares	265
7. Da prática dos atos perante o Poder Judiciário	266
8. Da prática de atos negociais perante o juízo arbitral	270
9. Dos Juizados de Paz	271
9.1. Histórico	271
9.2. A Constituição Federal de 1988	272
9.3. Da natureza da atividade exercida pelos juizes de paz	273

PARTE III
COMPETÊNCIAS OBRIGATORIAMENTE
EXTRAJUDICIAIS E EXTRAJUDICIALIZAÇÃO

14. IDENTIFICAÇÃO DA ESFERA OBRIGATORIAMENTE DELEGÁVEL DOS SERVIÇOS FIDEI JURÍDICOS	277
CALEB MATHEUS RIBEIRO DE MIRANDA e RAFAEL GIL CIMINO	
1. Considerações iniciais	277

2.	Critério da atribuição legislativa de competência	278
3.	Critério temporal negativo	280
4.	Critério do potencial exercício como serviço fideijurídico	281
5.	Critério da necessária atribuição para a eficiência sistêmica	281
15.	JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA E EXTRAJUDICIALIZAÇÃO	285
	CALEB MATHEUS RIBEIRO DE MIRANDA e RAFAEL GIL CIMINO●	
1.	A Jurisdição Voluntária	285
1.1.	Origem, conceito e natureza jurídica	285
1.2.	Regime Jurídico da jurisdição voluntária	289
1.3.	Análise material da jurisdição voluntária	290
2.	Extrajudicialização	292
2.1.	Noções introdutórias	292
2.2.	Requisitos para a extrajudicialização	295
3.	Procedimentos passíveis de extrajudicialização	296

PARTE IV
DA QUALIFICAÇÃO DOS ATOS E TÍTULOS
PELOS SERVIÇOS FIDEIJURÍDICOS

16.	NOÇÕES GERAIS SOBRE QUALIFICAÇÃO	301
	CALEB MATHEUS RIBEIRO DE MIRANDA e RAFAEL GIL CIMINO	
1.	Compreensão	301
2.	Aspectos analisados	302
2.1.	Análise quanto à forma e solenidades	302
2.2.	Análise quanto ao objeto	303
2.3.	Análise quanto ao agente	305
3.	Conclusão	306
17.	QUALIFICAÇÃO DOS TÍTULOS ORIUNDOS DO PODER JUDICIÁRIO... ..	307
	CALEB MATHEUS RIBEIRO DE MIRANDA e RAFAEL GIL CIMINO	
1.	Considerações iniciais	307
2.	Da possibilidade de qualificação de atos judiciais	307
3.	Títulos judiciais e ordens judiciais	309
4.	O âmbito de qualificação dos atos judiciais	311
5.	Do afastamento, pelo magistrado, das exigências	315
18.	QUALIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	319
	CALEB MATHEUS RIBEIRO DE MIRANDA e RAFAEL GIL CIMINO	
1.	Considerações iniciais e conceito	319
2.	Das presunções dos títulos administrativos e da abrangência da qualificação	320

PARTE V
NOTAS SOBRE A INSERÇÃO DA DELEGAÇÃO
EXTRAJUDICIAL NO CONTEXTO TECNOLÓGICO ATUAL

19. O SENTIDO JURÍDICO DA PUBLICIDADE REGISTRAL FRENTE À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	325
JULIANO S. A. MARANHÃO	
1. Introdução	325
2. Publicidade Registral.....	328
2.1. O caráter sui generis da publicidade registral	328
2.2. Natureza privada dos interesses e dados objeto de registro	332
2.3. Publicidade na Lei de Registros Públicos.....	334
2.3.1. Atos constitutivos pelo oficial de registro	335
2.3.2. Publicidade em relação à lavratura de certidões	337
2.3.3. Dever do oficial de informar as partes.....	340
2.4. Conclusões.....	342
20. A REGULAÇÃO DO OPERADOR NACIONAL DO REGISTRO ELETRÔNICO DE IMÓVEIS – ONR PELA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA.....	345
LUÍS PAULO ALIENDE RIBEIRO	
1. Introdução	345
2. A regulação da função pública de Registros e Notas	346
3. O Agente Regulador do Registro de Imóveis Eletrônico	351
4. Conclusão	363
BIBLIOGRAFIA	367

DIREITO CONSTITUCIONAL

Carla **Watanabe**

Érica Trinca **Caires**

José Renato **Nalini**

Robson Passos **Caires**

ALBERTO GENTIL DE ALMEIDA PEDROSO

Coordenação

EXTRAJUDICIAL

VOLUME

3

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolína de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amália Strojnowski, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes,

Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourir

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Watanabe, Carla

Direito constitucional / Carla Watanabe, Érica Trinca Caires, José Renato Nalini e Robson Passos Caires ; Alberto Gentil de Almeida Pedroso, coordenação. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021. (Coleção O Direito e o Extrajudicial ; volume 3)

Bibliografia.

ISBN 978-65-5991-858-4

1. Direito constitucional 2. Direito constitucional - Brasil I. Nalini, José Renato. II. Caires, Érica Trinca. III. Pedroso, Alberto Gentil de Almeida. IV. Título. V. Série.

21-72740

CDU-342

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito constitucional 342

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA COLEÇÃO	5
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO.....	9
ESTRUTURA DA COLEÇÃO.....	11
SOBRE A COORDENAÇÃO	13
SOBRE OS AUTORES DA COLEÇÃO	15
SOBRE OS AUTORES DO VOLUME	25
1. MODELO CONSTITUCIONAL ATUAL E O REGRAMENTO DO EXTRA- JUDICIAL	31
1. Introdução	31
2. Um acerto indiscutível	38
3. O Supremo Tribunal Federal e o Extrajudicial.....	44
3.1. Competência do TJ para legislar sobre os cartórios.....	45
3.2. Natureza jurídica dos emolumentos.....	47
3.3. Direito dos transgêneros e o registro civil	48
3.4. Isenção de custas para o Poder Público.....	51
3.5. Partilha de emolumentos para outras destinações	54
3.6. Novas atividades remuneradas para o Registro Civil	55
3.7. Remuneração de interinos.....	56
3.8. Paternidade biológica x paternidade socioafetiva	58
3.9. Responsabilidade subjetiva dos delegatários	61
4. Resignificar a constituição	63
5. Implementar a vontade constitucional	69
2. ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE DA ATIVIDADE EXTRAJUDICIAL	81
Introdução	81
1. Breve histórico da responsabilidade civil dos notários e dos registradores.....	83
1.1. O Código Civil de 1916 e a teoria subjetiva da responsabilidade civil: momento histórico	83
1.2. A responsabilidade civil dos notários e dos registradores no Código Civil de 1916	86

2.	Responsabilidade Civil do Estado	91
3.	Da Responsabilidade Civil dos notários e dos registradores na Constituição.....	92
4.	Atividades extrajudiciais como serviço público ou como atividade típica de Estado?	95
5.	Concurso público e outorga a pessoa natural	100
6.	Da natureza da função exercida pelos notários e pelos registradores	102
7.	Natureza do regime jurídico dos notários e dos registradores.....	105
7.1.	Do caráter privado do serviço.....	106
7.2.	Natureza do regime pessoal do titular da delegação.....	113
8.	Da conclusão do que foi exposto até agora sobre os delegatários e a consequência acerca da responsabilidade civil do Estado.....	122
9.	Da discussão da responsabilidade civil dos notários e dos registradores no Superior Tribunal de Justiça – STJ	126
10.	Sobre a Aplicabilidade do Instituto da “ <i>Dupla Garantia</i> ” aos Notários e aos Registradores.....	129
11.	Do Prazo de Prescrição	138
12.	Do Código de Defesa do Consumidor – CDC	139
13.	Da responsabilidade civil pessoal do titular da serventia extrajudicial	140
14.	Bônus: Do regime jurídico dos notários e dos registradores.....	141
3.	ENQUADRAMENTO DOS REGISTROS PÚBLICOS DENTRO DOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS	143
1.	Temas constitucionais e a atividade extrajudicial	143
1.1.	Temas constitucionais e o registro civil das pessoas naturais	143
1.1.1.	Presunção de paternidade <i>post-mortem</i> na união estável – interpretação do art. 1.597 do Código Civil conforme a Constituição Federal de 1988.....	143
1.2.	Temas constitucionais, o registro de imóveis e o registro de títulos e documentos	154
1.2.1.	Dignidade de seres não humanos e a publicidade perante o registro de imóveis e o registro de títulos e documentos	154
1.2.1.1.	Função socioambiental da publicidade registral imobiliária	156
1.2.1.2.	Importância da publicidade registral imobiliária ambiental em tempos de pandemia da Covid-19.....	164
1.2.1.3.	Registro de animais não humanos perante o registro de títulos e documentos	173
1.2.1.3.1.	Comentários à dignidade dos animais não humanos – processo de descoisificação	173

1.2.2.	Atribuições do registro de títulos e documentos.....	177
1.2.3.	Posicionamento da Corregedoria-Geral da Justiça de São Paulo sobre registro de animais de estimação	180
1.3.	Função social da empresa e o registro civil das pessoas jurídicas em tempos de pandemia	186
1.3.1.	Da função social da empresa.....	186
1.3.2.	Das pessoas jurídicas sob competência do registro civil das pessoas jurídicas.....	191
1.3.3.	Possibilidade de assembleias virtuais em tempos de pandemia	193
1.4.	Proteção de direitos fundamentais pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o sistema de publicidade registral e notarial.....	198
1.4.1.	A LGPD e a proteção de dados para garantia de direitos fundamentais	201
1.4.2.	Dados de acesso público e a atividade registral e notarial....	203
1.4.3.	Antinomia aparente entre a LGPD e a Lei de registros públicos.....	206
4.	COMENTÁRIOS – JULGADOS DE TEMAS CONSTITUCIONAIS RELACIONADOS AO EXTRAJUDICIAL.....	211
1.	Fato gerador do ITBI mediante o registro	211
2.	Averbação de título minerário perante o registro de imóveis	218
3.	Impenhorabilidade de pequena propriedade rural constituída de mais de um terreno contínuo	227
4.	Constitucionalidade da execução extrajudicial de dívidas – Decreto-Lei nº 70/1966.....	234
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	245

DIREITO PENAL

Fernando Gentil Gizzi de Almeida **Pedroso**

Rafael Brum **Miron**

João **Santa Terra Júnior**

Guilherme Guimarães **Feliciano**

Felipe Esmanhoto **Mateo**

ALBERTO GENTIL DE ALMEIDA PEDROSO

Coordenação

EXTRAJUDICIAL

VOLUME

4

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Direito penal / Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedroso...[et al.] ; Alberto Gentil de Almeida Pedroso, coordenação. -- 1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021. -- (Coleção O Direito e o Extrajudicial ; volume 4)

Outros autores: Felipe Esmanhoto Mateo, Guilherme Guimarães Feliciano, João Santa Terra Júnior e Rafael Brum Miron

Bibliografia.

ISBN 978-65-5991-857-7

1. Direito penal 2. Direito penal - Brasil I. Pedroso, Fernando Gentil Gizzi de Almeida. II. Mateo, Felipe Esmanhoto. III. Feliciano, Guilherme Guimarães. IV. Terra Júnior, João Santa. V. Miron, Rafael Brum. VI. Pedroso, Alberto Gentil de Almeida VII. Série.

21-72754

CDU-343

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito penal 343

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA COLEÇÃO	5
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	9
ESTRUTURA DA COLEÇÃO	11
SOBRE A COORDENAÇÃO	13
SOBRE OS AUTORES DA COLEÇÃO	15
APRESENTAÇÃO DO VOLUME	25
SOBRE OS AUTORES DO VOLUME	27
DEDICATÓRIA	29
1. A SOCIEDADE DE RISCO, A RESSIGNIFICAÇÃO DE ALGUNS INSTITUTOS PENAIS E A SUA CORRELAÇÃO COM O EXTRAJUDICIAL	35
FERNANDO GENTIL GIZZI DE ALMEIDA PEDROSO	
1. Propedêutica	35
2. Sociedade de risco e a especial relação do direito penal liberal com as características sociais, políticas e econômicas do início do século XXI...	36
3. Avaliação dos critérios mais apropriados à delinquência econômica contemporânea: análise crítica	49
4. Considerações finais	58
2. PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO E AO FINANCIAMENTO DO TERRORISMO	59
RAFAEL BRUM MIRON	
Introdução	60
1. Registradores no sistema PLD/FT	60
1.1. Dos Crimes de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento do Terrorismo	60
1.2. Sistemática Investigativa Peculiar	64

1.2.1.	Inversão do Caminho da Investigação, com Enfoque Inicial nos Benefícios Financeiros dos Ilícitos	64
1.2.2.	Internacionalização da Repressão, com a Criação de um Sistema Global de Proibição	66
1.2.3.	Criação de um Sistema de Inteligência Financeira.....	76
1.3.	Tipologias Envolvendo Operações Imobiliárias	85
1.4.	Marco Normativo	89
2.	Provimento 88/2019 do CNJ	95
2.1.	Disposições Gerais	95
2.2.	Política de Prevenção.....	98
2.3.	Do Cadastro de Cliente e do Registro de Operações.....	103
2.3.1.	Pessoa Exposta Politicamente (PEP).....	108
2.3.2.	Beneficiários Finais	111
2.3.3.	Pessoa Investigada ou Acusada de Terrorismo e/ou Sancionada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas ou por Designações de Seus Comitês de Sanções....	116
2.3.4.	Forma e Meio de Pagamento	117
2.3.5.	Registro dos Motivos de Não Comunicação	118
2.4.	Das Comunicações para o COAF.....	120
2.4.1.	Regras Gerais.....	120
2.4.2.	Comunicações Suspeitas e Automáticas. Indicativos Genéricos de Comunicações Suspeitas.....	126
2.4.3.	Regras de Comunicações Específicas para o Registro Imobiliário	129
2.5.	Disposições Finais.....	135
2.5.1.	Guarda e Conservação de Documentos	135
2.5.2.	Inexistência de Responsabilização por Comunicações Realizadas de Boa-Fé	136
2.5.3.	Regime Jurídico Sancionador	137
3.	Orientações sobre comunicações	142
3.1.	Valorize a Interpretação Sistemática	144
3.2.	Não Comunique com Objetivos Defensivos	146
3.3.	Não Comunique em Caso de Dúvida.....	147
3.4.	Não Comunique Operações Suspeitas como se Comunicações Obrigatórias Fosse.....	149
3.5.	Não Comunique Operações em Espécie sem Convicção de que Houve Transferência Física do Numerário	151
3.6.	Não Comunique Falta de Informação do Título como se Fosse Resistência em Prestar Informação	152
	Considerações finais	153

3.	APONTAMENTOS A RESPEITO DA RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DE NOTÁRIOS E REGISTRADORES NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	155
	JOÃO SANTA TERRA JÚNIOR	
1.	Introdução	155
2.	Análise dogmático-penal a respeito da união de pessoas para a prática de infrações penais.....	159
3.	O crime do artigo 2º, da Lei 12.850/2013, e a responsabilização pela participação “externa” em organização criminosa	175
4.	Modulações dogmático-penais para a justa responsabilidade da colaboração exterior de profissionais às organizações criminosas.....	184
5.	Da impossibilidade de alegação de ser um “inocente útil” nas mãos das organizações criminosas: análise dos fundamentos empregados para elidir a responsabilidade penal	190
6.	Da necessária outorga, aos delegatários de serviços extrajudiciais, de instrumentos jurídicos para posturas proativas em prol da prevenção e da repressão às atividades criminosas.....	202
7.	Ponderações finais.....	209
4.	ASPECTOS PENAIS DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA E DE SEU REGIME DE REGISTRO CIVIL	211
	GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO	
1.	Introdução	211
2.	A tutela penal na alienação fiduciária em garantia: condutas típicas.....	213
3.	Sujeitos ativo e passivo	218
4.	Elemento material. Tendência jurisprudencial	220
5.	Elemento normativo	227
6.	Objetividade jurídica.....	230
7.	Elemento subjetivo	232
8.	Consumação e tentativa	233
9.	Coautoria e participação	235
10.	Apropriação indébita	237
11.	A alienação fiduciária em garantia de bens imóveis: breves considerações em torno da Lei 9.514/1997.....	240
12.	Considerações finais	249
5.	AS INFRAÇÕES PENAIS NA LEI DE INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS: ART. 65 E ART. 66 DA LEI Nº 4.591/64	251
	FELIPE ESMANHOTO MATEO	
1.	Introdução	251
2.	Conceitos fundamentais com relação à incorporação imobiliária.....	252
2.1.	Modalidades de contrato de construção na incorporação	258

34 { O DIREITO E O EXTRAJUDICIAL – DIREITO PENAL

3.	Das infrações penais	260
3.1.	Do crime contra a economia popular (art. 65)	261
3.1.1.	Figuras equiparadas	266
3.2.	Da contravenção penal relativa à economia popular (art. 66)	270
4.	A Lei nº 1.521/51 e o procedimento para julgamento das infrações penais contra a economia popular	283
5.	Conclusão	284
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		287

PROCESSO CIVIL

Ata notarial e outros instrumentos
processuais

André Luiz **Marcassa Filho**
Fernando Domingos Carvalho **Blasco**

ALBERTO GENTIL DE ALMEIDA PEDROSO
Coordenação

EXTRAJUDICIAL

VOLUME

5

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Marcassa Filho, André Luiz
Processo civil : Ata notarial e outros instrumentos processuais / André Luiz Marcassa Filho, Fernando Domingos Carvalho Blasco ; Alberto Gentil de Almeida Pedroso, Coordenação. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021 -- (Coleção O Direito e o Extrajudicial : volume 5)

Bibliografia
ISBN 978-65-5991-856-0

1. Notários e registradores - Brasil 2. Processo civil 3. Processo civil - Brasil I. Blasco, Fernando Domingos Carvalho. II. Pedroso, Alberto Gentil de Almeida. III. Título. IV. Série.

21-7277

CDU-347.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Processo civil : Direito civil 347.9

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA COLEÇÃO	5
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	9
ESTRUTURA DA COLEÇÃO	11
SOBRE A COORDENAÇÃO	13
SOBRE OS AUTORES DA COLEÇÃO	15
APRESENTAÇÃO DO VOLUME	25
SOBRE OS AUTORES DO VOLUME	27

PARTE I

DA DESJUDICIALIZAÇÃO DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

1. INTRODUÇÃO	35
ANDRÉ LUIZ MARCASSA FILHO	
1. A desjudicialização	39
2. Morosidade do judiciário, meios alternativos de solução de controvérsias e seara extrajudicial	43

PARTE II

O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E OS ATOS NOTARIAIS E REGISTRAIS EM ESPÉCIE

2. NOÇÕES GERAIS DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES À DESJUDICIALIZAÇÃO	59
FERNANDO DOMINGOS CARVALHO BLASCO	
1. Notário, o agente natural na resolução extrajudicial de litígio	59
2. Breve distinção das atribuições notariais e registrais	61
3. ATA NOTARIAL	65
FERNANDO DOMINGOS CARVALHO BLASCO	
1. Introdução à ata notarial	65

2.	Conceitos úteis à ata notarial e à sua recompreensão.....	68
3.	Natureza jurídica, classificações e espécies de ata notarial	70
4.	Formação da ata notarial	74
4.1.	Pedido (Manifestação de vontade e capacidade).....	75
4.1.1.	O juízo de valor como limitador ao pedido e à constatação do fato	80
4.2.	A captação do fato pelo tabelião.....	82
4.3.	A transcrição do fato pelo tabelião.....	83
4.4.	Conceito de juízo de valor e sua impropriedade teórica.....	84
5.	A ata notarial como meio de prova típica	86
6.	A ata notarial determinada pelo juízo.....	88
7.	A ata notarial, a autenticação e a qualidade do ato.....	90
8.	A ata notarial, a declaração pública e a ata notarial substitutiva do depoimento pessoal e da oitiva testemunhal judiciais	92
8.1.	Ata de declaração em geral.....	92
8.2.	A ata notarial substitutiva do oitiva de testemunha e do depoimento pessoal judiciais	95
8.3.	Ata notarial de inquirição de testemunha e de depoimento pessoal no <i>due process of law</i> . Justificativa e procedimento	98
9.	Intimação e citação por ata notarial	109
10.	Ata notarial de usucapião	110
11.	Um novo conceito de ata notarial no Brasil?.....	111
4.	USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL.....	113
	FERNANDO DOMINGOS CARVALHO BLASCO	
1.	Inovação legal	113
2.	Terminologia	116
3.	O fluxo procedimental à la brasileira.....	116
4.	A usucapião.....	119
5.	A originalidade e a derivação na aquisição por usucapião	121
6.	A tributação pela aquisição de bens por usucapião.....	128
7.	Bens passíveis de serem usucapidos	129
8.	Requisitos da usucapião	130
9.	Espécies de usucapião	132
10.	O momento de aquisição na usucapião	134
11.	Procedimento da usucapião da via extrajudicial.....	136
11.1.	Julgados importantes à usucapião extrajudicial.....	139
5.	HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL	163
	FERNANDO DOMINGOS CARVALHO BLASCO	
1.	Conceito de penhor e de homologação de penhor.....	163
2.	Procedimento da homologação de penhor legal	170

2.1.	Requisitos do requerimento	176
2.2.	Da impugnação	177
3.	Depósito notarial de bens empenhados.....	177
6.	DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES.....	181
	FERNAND● DOMINGOS CARVALHO BLASCO	
7.	ATOS DE DISSOLUÇÃO E SUCESSÃO FAMILIAR EXTRAJUDICIAIS – SEPARAÇÃO, DIVÓRCIO, DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL E INVENTÁRIO	185
	ANDRÉ LUIZ MARCASSA FILHO	
1.	Separação e divórcio por escritura pública	186
1.1.	Opção pela via extrajudicial	196
1.2.	Escolha do tabelionato de notas para lavrar a escritura.....	202
1.3.	Local da realização da escritura	206
1.4.	Indicação do advogado pelo tabelião	210
1.5.	Representação do cônjuge na escritura de separação e divórcio.....	212
1.6.	Possibilidade de se escriturar a conversão da separação judicial em divórcio	222
1.7.	Reconciliação das pessoas que já se separaram	224
1.8.	Lapso temporal para o divórcio direto	227
1.9.	Momento da partilha de bens na escritura	228
1.10.	Disposições sobre alimentos nas escrituras públicas	232
1.11.	Possibilidade de separação de corpos consensual por escritura pública	239
1.12.	Possibilidade de se fazer reconhecimento, dissolução e partilha de bens de pessoas que vivem em união estável por escritura pública....	242
1.13.	Segredo de justiça das informações constantes na escritura.....	244
2.	Inventário por escritura pública	246
2.1.	Inexistência de interessado incapaz na sucessão e a concordância de todos os herdeiros capazes	249
2.2.	Ausência de testamento deixado pelo falecido.....	253
2.3.	Obrigatoriedade de partilhar todos os bens deixados	263
2.4.	Obrigatoriedade da presença do advogado comum a todos os interessados.....	264
2.5.	Quitação dos impostos incidentes	265
2.6.	Local da realização da escritura de inventário.....	279
2.7.	Prazo para abrir o inventário	283
2.8.	Denominação dada pelo legislador: inventário ou arrolamento sumário?.....	287

O DIREITO E O EXTRAJUDICIAL – PROCESSO CIVIL

2.9. Possibilidade de desistência de inventário judicial em curso para a celebração de escritura pública	288
2.10. Desnecessidade de homologação judicial da escritura pública de inventário.....	290
2.11. Possibilidade de o inventário negativo ser feito por escritura pública	292
2.12. Possibilidade de nomeação de inventariante por escritura pública no inventário extrajudicial	293
2.13. Necessidade da escritura ser título hábil para transferir bens móveis e não só imóveis.....	296
2.14. Possibilidade de fazer sobrepartilha por escritura pública	298
2.15. Inventário extrajudicial por escritura pública no caso de união estável	300
ESCRITURA PÚBLICA DE ALIMENTOS E PRISÃO DO DEVEDOR.....	303
FERNANDO DOMINGOS CARVALHO BLASCO	
PROTESTO CONTRA ALIENAÇÃO DE BENS E O REGISTRO IMOBILIÁRIO	307
FERNANDO DOMINGOS CARVALHO BLASCO	
1. Conceito largo.....	307
2. Protesto em geral e aparente limitação	308
3. Protesto contra alienação de bens.....	310
4. Procedimento registral do protesto contra alienação de bens.....	312
PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO EM GARANTIA DE PRESTAÇÃO ALIMENTAR	315
FERNANDO DOMINGOS CARVALHO BLASCO	
1. Conceito de patrimônio de afetação	316
2. Patrimônio de afetação de obrigação alimentar decorrente de ilícito.....	318
DA INDIVIDUALIZAÇÃO DO DIREITO PENHORADO	319
FERNANDO DOMINGOS CARVALHO BLASCO	
ERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	323

DIREITO CIVIL I

A pessoa natural

Katia Cristina Silencio **Possar**

Eliana Lorenzato **Marconi**

Raquel Silva Cunha **Brunetto**

Milena **Guerreiro**

Raquel Borges Alves **Toscano**

ALBERTO GENTIL DE ALMEIDA PEDROSO
Coordenação

EXTRAJUDICIAL

VOLUME

6

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILSA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANORÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourir

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Direito civil I : a pessoa natural / Katia Cristina Silêncio Possar...[et al.] ; Alberto Gentil de Almeida Pedroso, coordenação. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021. -- (Coleção o direito e o extrajudicial : v. 6)

Outros autores: Raquel Silva Cunha Brunetto, Milena Guerreiro, Eliana Lorenzato Marconi, Raquel Borges Alves Toscano

Bibliografia.

ISBN 978-65-5991-854-6

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil 3. Pessoas naturais - Brasil I. Possar, Katia Cristina Silêncio. II. Brunetto, Raquel Silva Cunha. III. Guerreiro, Milena. IV. Marconi, Eliana Lorenzato. V. Toscano, Raquel Borges Alves. VI. Pedroso, Alberto Gentil de Almeida. VII. Série.

21-73419

CDU-347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil 347

Cibele Maria Dias – Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA COLEÇÃO.....	5
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO.....	9
ESTRUTURA DA COLEÇÃO.....	11
SOBRE A COORDENAÇÃO.....	13
SOBRE OS AUTORES DA COLEÇÃO.....	15
APRESENTAÇÃO DO VOLUME.....	25
SOBRE OS AUTORES DO VOLUME.....	29

PARTE I PERSONALIDADE DA PESSOA HUMANA

1. PERSONALIDADE DA PESSOA HUMANA.....	41
KATIA CRISTINA SILENCIO POSSAR	
2. CAPACIDADE CIVIL.....	47
KATIA CRISTINA SILENCIO POSSAR	
1.1. Capacidade de direito e capacidade de exercício.....	47
1.2. Incapacidade Absoluta.....	49
1.3. Incapacidade relativa.....	51
1.4. Estatuto da pessoa com deficiência.....	52
1.5. Capacidade de exercício perante o registro civil das pessoas naturais.....	54
3. NASCITURO.....	59
KATIA CRISTINA SILENCIO POSSAR	
1. Teoria Natalista.....	60
2. Teoria Concepcionista.....	61
3. Teoria da Personalidade Condicional.....	61
4. INTERDIÇÃO.....	63
ELIANA LORENZATO MARCONI	
1. Interdição e o instituto da curatela.....	63
2. Tomada de decisão apoiada.....	69

5.	EMANCIPAÇÃO	75
	ELIANA LORENZATO MARCONI	
6.	INDIVIDUALIZAÇÃO DA PESSOA NATURAL	83
	KATIA CRISTINA SILENCIO POSSAR	
1.	Estado de pessoa natural	84
1.1.	Estado político	85
1.2.	Estado familiar	87
1.3.	Estado individual	88
7.	NOME CIVIL	91
	KATIA CRISTINA SILENCIO POSSAR	
1.	Definição e natureza jurídica	91
2.	Características do nome da pessoa natural	96
2.1.	Obrigatoriedade	96
2.2.	Irrenunciabilidade	98
2.3.	Inalienabilidade ou intransmissibilidade	101
2.4.	Imprescritibilidade	102
2.5.	Imutabilidade	104
3.	Hipóteses legais e normativas de alteração do nome civil	109
3.1.	Evidente erro gráfico	110
3.2.	Alteração imotivada do art. 56 da Lei 6.015/73	113
3.3.	Alteração de nome em virtude da mudança de sexo	117
3.3.1.	Anomalias de diferenciação sexual	117
3.3.2.	Transexuais	120
3.4.	Exposição de titular ao ridículo	123
3.5.	Substituições ou acréscimos de apelidos públicos notórios	124
3.6.	Alteração em razão de proteção às vítimas e testemunhas	125
3.7.	Alterações decorrentes da mudança de estado civil	126
3.7.1.	Casamento – Aquisição e alteração do nome	126
3.7.2.	União estável	131
3.7.3.	Separação, divórcio e morte	133
3.8.	Provimento 82/2019 do Conselho Nacional de Justiça	133
3.8.1.	Alteração em razão do estado de viuvez	134
3.8.2.	Alteração do patronímico do filho menor	135
4.	Elementos do nome	136
4.1.	Elementos essenciais	137
4.2.	Elementos facultativos	145
4.2.1.	Agnome	145
4.2.2.	Partícula	146
5.	O nome civil: formas de aquisição e eficácia registral	148

8.	NASCIMENTO	151
	KATIA CRISTINA SILENCIO POSSAR	
9.	PARENTESCO	153
	KATIA CRISTINA SILENCIO POSSAR	
	1. Conceito	153
	2. Parentesco em linha reta e colateral	155
	3. Parentesco consanguíneo	156
	4. Parentesco civil	158
	5. Parentesco Socioafetivo	159
	6. Parentesco por afinidade	160
10.	FILIAÇÃO	163
	KATIA CRISTINA SILENCIO POSSAR	
11.	PRESUNÇÕES LEGAIS DE FILIAÇÃO	167
	KATIA CRISTINA SILENCIO POSSAR	
	1. Presunção de maternidade. <i>Mater semper certa est</i>	167
	2. Presunção <i>Pater is</i>	168
	3. Inseminação artificial heteróloga	174
12.	FILIAÇÃO E AS TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA	177
	KATIA CRISTINA SILENCIO POSSAR	
	1. Gestação por substituição	179
	2. Direito ao conhecimento da origem biológica	181
13.	FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA	183
	KATIA CRISTINA SILENCIO POSSAR	
	1. Posse do estado de filho	185
	2. Multiparentalidade	187
14.	RECONHECIMENTO VOLUNTÁRIO DE PATERNIDADE	191
	KATIA CRISTINA SILENCIO POSSAR	
	1. Indicação de suposto pai	196
	2. Reconhecimento socioafetivo de filiação	197
15.	ADOÇÃO	201
	KATIA CRISTINA SILENCIO POSSAR	
	1. Histórico	201
	2. Conceito e natureza jurídica	204
	3. Adoção e o Registro Civil das Pessoas Naturais	206
	3.1. Adoção do menor	206
	3.2. Adoção do maior	212

PARTE II
CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL

16. CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL SOB A ÓTICA DA PESSOA HUMANA E DO EXTRAJUDICIAL	219
RAQUEL SILVA CUNHA BRUNETTO	
1. Família: amor e felicidade	219
2. Habilitação para o casamento	223
2.1. Da celebração do casamento civil	233
2.2. Da comunicação e da anotação.....	238
2.3. Regime de bens. Princípios. Conceito. Espécies. Do pacto antenupcial. Classificação dos regimes. Efeitos.....	238
2.4. A liberdade de escolha	250
2.5. A falta de liberdade, inclusive, para restringir o regime matrimonial.....	253
2.6. A possibilidade (ou não) da lavratura do pacto antenupcial	261
2.7. Da dissolução do casamento.....	263
2.8. Da separação e do divórcio	266
2.9. Sucessão	273
2.10. Possíveis alterações do nome – Via extrajudicial	279
2.11. Transcrição de casamento – Matrimônio celebrado no exterior.....	281
17. UNIÃO ESTÁVEL	285
RAQUEL SILVA CUNHA BRUNETTO	
1. A Aplicação do Regime à União Estável Brasileira	293
18. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	297
RAQUEL SILVA CUNHA BRUNETTO	

PARTE III
ÓBITO

19. ÓBITO	305
MILENA GUERREIRO	
1. Introdução	305
2. Conceito.....	306
3. Natureza jurídica	309
4. Classificação.....	310
4.1. Morte civil.....	310
4.2. Morte real	312
4.3. Morte presumida	313
4.3.1. Morte presumida sem declaração de ausência	313
4.3.2. Morte presumida com declaração de ausência.....	319

5. Comoriência	327
6. Registro do óbito	328
7. Retificação do assento de óbito.....	331
8. Natimorto	333

PARTE IV FENÔMENOS SOCIAIS E O REGISTRO CIVIL

20. PRINCIPAIS FENÔMENOS SOCIAIS E O REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS	339
ELIANA LORENZATO MARCONI	
21. OS TRANSGÊNEROS, A ALTERAÇÃO DE SEXO E NOME E A REPERCUSSÃO NO REGISTRO CIVIL.....	343
ELIANA LORENZATO MARCONI	
1. Sexo e gênero	343
2. O preconceito, os princípios de Yogyakarta e os direitos humanos	345
3. Garantias e evolução legislativa	348
4. Alteração de nome e sexo e repercussão no Registro Civil	350
5. O Provimento 73/2018 do Conselho Nacional de Justiça	352
5.1. Requisitos e legitimação	353
5.2. Competência	356
5.3. Objeto da alteração	357
5.4. Apuração do desejo real do requerente	359
5.5. Documentação obrigatória e facultativa	360
5.6. Averbações e comunicações.....	361
5.7. Inexistência de gratuidade e dignidade humana	363
22. RECONHECIMENTO SOCIOAFETIVO DE PATERNIDADE OU MATERNIDADE	369
ELIANA LORENZATO MARCONI	
1. Legitimados.....	372
2. Anuência	373
3. Impedimento para a utilização da via administrativa.....	374
4. Revogação do reconhecimento socioafetivo	374
5. Apuração objetiva da afetividade	375
6. Manifestação do Ministério Público	376
7. Averbações	377
8. Nome	378
9. Unilateralidade do reconhecimento de paternidade ou maternidade socioafetiva	378
10. Multiparentalidade.....	380

23.	A IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, O EXERCÍCIO DA CIDADANIA E A LEI ROMEO	383
	ELIANA LORENZATO MARCONI	
24.	NOVOS PARADIGMAS DO REGISTRO CIVIL	387
	ELIANA LORENZATO MARCONI	

PARTE V
A PROCURAÇÃO PÚBLICA COMO
INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO

25.	DA REPRESENTAÇÃO, DA PRESENTAÇÃO	395
	RAQUEL BORGES ALVES TOSCANO	
26.	DO MANDATO, DA PROCURAÇÃO	399
	RAQUEL BORGES ALVES TOSCANO	
1.	Mandato	399
1.1.	Origem	399
1.2.	Natureza Jurídica	400
1.3.	Características	400
1.4.	Requisitos	401
1.5.	Das obrigações, deveres e direitos do mandatário	402
1.6.	Das obrigações, deveres e direitos do mandante	403
2.	Procuração	405
2.1.	Instrumento	405
2.2.	Competência Notarial	405
2.3.	Da estrutura e dos elementos da procuração	406
2.4.	Identificação e Certificação	406
2.5.	Legitimação	409
2.6.	Capacidade ativa e passiva, Especificações	411
2.7.	Versar a vontade da parte em vontade jurídica	412
2.7.1.	Espécies	413
2.7.1.1.	Civil ou mercantil	413
2.7.1.2.	Geral ou expresso	414
2.7.1.3.	<i>Ad negotia, ad judicia</i> e em causa própria	417
2.7.1.4.	Representação em ato de separação, divórcio ou inventário extrajudicial	417
2.7.1.5.	Representação em ato de reconhecimento de filiação	418
2.7.1.6.	Representação em ato de casamento civil	419
3.	Prazo	420
4.	Do substabelecimento	420

5. Da procuração consigo mesmo	422
6. Da extinção	424
7. Da irrevogabilidade, sua excepcionalidade.....	427
BIBLIOGRAFIA	429

DIREITO CIVIL II

Os novos Direitos Reais

Lorruane **Matuszewski**

Érica Trinca **Caires**

Robson Passos **Caires**

Caroline Feliz Sarraf **Ferri**

ALBERTO GENTIL DE ALMEIDA PEDROSO

Coordenação

EXTRAJUDICIAL

De acordo com a Lei nº 14.118/2021,
novos marcos legislativos e o
impacto no registro de imóveis

VOLUME

7

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karoloina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROSOSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Direito civil II : os novos Direitos Reais / Lorraine Matuszewski...[et al.] ; Alberto Gentil de Almeida Pedroso, coordenação. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021. -- (Coleção O Direito e o Extrajudicial ; volume 7)

Outros autores: Érica Trinca Caires, Robson Passos Caires. Caroline Feliz Sarraf Ferri

Bibliografia.

ISBN 978-65-5991-855-3

1. Direito civil 2. Direito civil - Brasil 3. Direitos reais - Brasil I. Matuszewski, Lorraine. II. Caires, Érica Trinca. III. Caires, Robson Passos. IV. Ferri, Caroline Feliz Sarraf. V. Pedroso, Alberto Gentil de Almeida. III. Título.

21-73438

CDU-347

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito civil 347

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA COLEÇÃO	5
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO.....	9
ESTRUTURA DA COLEÇÃO	11
SOBRE A COORDENAÇÃO.....	13
SOBRE OS AUTORES DA COLEÇÃO	15
APRESENTAÇÃO DO VOLUME.....	25
SOBRE OS AUTORES DO VOLUME	27
INTRODUÇÃO – REFLEXÕES ACERCA DOS NOVOS DIREITOS REAIS E DAS RECENTES ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS DO DIREITO CIVIL E REGISTRAL. UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DOS SISTEMAS DE LUHMANN	33
LORRUANE MATUSZEWSKI	
1. O DIREITO DE LAJE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	49
LORRUANE MATUSZEWSKI	
1. Introdução	49
2. Antecedentes do direito de laje no direito brasileiro. Direito de sobrele- vação na superfície vs. direito de laje. O problema histórico da moradia	50
3. Conceito e natureza jurídica.....	55
4. Objeto do direito de laje	57
4.1. Possibilidade de constituição sobre terrenos públicos.....	57
4.2. Amplitude do direito de laje	59
4.3. Lajes sucessivas ou direito de sobrelevação na laje	62
5. Instituição e transferência do direito real de laje.....	63
5.1. Necessidade de aprovação do Poder Público municipal	68
6. Deveres das partes	69
7. Extinção do direito de laje	74
7.1. Ruína do prédio-base.....	74
7.2. Extinção por vontade das partes, renúncia e abandono	75

8.	Base e outros direitos reais	83
8.1.	Laje e condomínio edilício	83
8.2.	Laje e superfície	86
9.	Procedimento registral	87
9.1.	A característica da unicidade e o direito de laje	87
9.2.	Atos registrais	89
2.	CONDOMÍNIO URBANO SIMPLES: ANÁLISES PARA SUA APLICAÇÃO...	93
	LORRUANE MATUSZEWSKI	
1.	Introdução	93
2.	Natureza jurídica.....	95
3.	Abrangência do instituto	97
4.	Caráter subsidiário do condomínio urbano simples	102
4.1.	Aplicabilidade às chamadas casas geminadas	103
4.2.	Aplicabilidade às denominadas casas de vilas	111
5.	Possibilidade de incorporação imobiliária no âmbito do condomínio urbano simples	117
6.	Aspectos registrais.....	118
3.	MULTIPROPRIEDADE – FUNÇÃO SOCIAL E TEMAS REGISTRAIS	121
	ÉRICA TRINCA CAIRES E ROBSON PASSOS CAIRES	
1.	Introdução	122
2.	Da proteção do direito de propriedade	125
2.1.	Evolução histórica	125
2.2.	Do direito de propriedade privada	131
3.	Da função social da multipropriedade	135
4.	Do condomínio edilício em multipropriedade – temas registrais	142
4.1.	Da incorporação imobiliária em multipropriedade – aspectos legais e registrais	143
4.1.1.	Exigibilidade de contrato padrão e controle de legalidade de cláusulas	144
4.1.2.	Incorporação imobiliária de condomínio em multipropriedade	148
4.1.3.	Incorporação desdobrada ou faseada	150
4.2.	Da instituição do condomínio em multipropriedade	153
4.2.1.	Instituição por ato entre vivos	155
4.2.2.	Instituição por ordem judicial	155
4.2.3.	Instituição por testamento	156

4.3.	Transformação para multipropriedade e multipropriedade parcial	157
4.4.	Requisitos obrigatórios da convenção de condomínio.....	160
4.5.	Regimento interno.....	163
4.6.	Inadimplência do multiproprietário	163
4.7.	Do multifracionamento da multipropriedade.....	166
4.8.	Da renúncia à multipropriedade.....	170
4.9.	Da cota cabecel.....	174
5.	Do desfazimento no negócio jurídico da multipropriedade instituído por alienação fiduciária.....	174
5.1.	Da rescisão bilateral do contrato – distrato	175
5.2.	Da forma do distrato.....	177
5.3.	Da dispensa do procedimento de leilão.....	180
5.4.	Da impossibilidade de rescisão de negócio jurídico quitado	181
6.	Da prática registral	183
6.1.	Modelo de ato de registro da Incorporação Imobiliária no livro nº 2 do registro de imóveis – matrícula do terreno-base.....	187
6.2.	Modelo de ato de Averbação do Patrimônio de Afetação, se for requerido pelo incorporador, no livro nº 2 do registro de imóveis – matrícula do terreno-base.....	189
6.3.	Modelo de ato de averbação de Retificação da Incorporação Imobiliária no livro nº 2 do registro de imóveis – matrícula do terreno-base	190
6.4.	Modelo de ato de averbação de construção no livro nº 2 do registro de imóveis – matrícula do terreno-base	191
6.5.	Modelo de ato de averbação de início de fase em incorporação desmembrada no livro nº 2 do registro de imóveis – matrícula do terreno-base	191
6.6.	Modelo de registro da instituição do condomínio no livro nº 2 do registro de imóveis – matrícula do terreno-base.....	192
6.7.	Modelo do ato de registro da convenção do condomínio no livro nº 3 – registro auxiliar do registro de imóveis	194
6.8.	Modelo do ato de averbação da realização do registro de convenção do condomínio, a ser realizada: 1 – na matrícula do terreno-base; 2 – na matrícula de cada unidade autônoma – apartamento e LUC; e 3 – na matrícula de cada cota em multipropriedade	195
6.9.	Modelo de matrícula da unidade autônoma do condomínio edifício, com averbação dando notícia do regime de multipropriedade.....	195
6.10.	Modelo da matrícula da unidade periódica – cota em multipropriedade	197

4. LEI N. 14.118/2021 – PROGRAMA CASA VERDE E AMARELA.....	199
CAROLINE FELIZ SARRAF FERRI	
1. Notas introdutórias e a fundamentalidade do direito à moradia	199
2. A concretização do direito à moradia por política habitacional do Estado brasileiro	206
3. Programa Casa Verde e Amarela – cânones interpretativos e paradigmas...	220
4. Natureza e estrutura da Lei n. 14.118/2021	224
5. A Lei n. 14.118/2021 por destaques de dispositivos e decreto regulamentador	229
6. Artigos 13, 14 e 15 – a questão da vênia conjugal e a transmutação da titularidade.....	243
7. Aspectos registrares.....	253
8. Considerações finais	260
REFERÊNCIAS.....	261

DIREITO CIVIL III

Os principais instrumentos do
planejamento patrimonial
familiar e sucessório

Andrea Elias da **Costa**

Andrea Santos **Gigliotti**

Kareen Zanotti de **Munno**

Alexsandro Silva **Trindade**

Letícia Araújo **Faria**

ALBERTO GENTIL DE ALMEIDA PEDROSO

Coordenação

EXTRAJUDICIAL

VOLUME

8

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes,

Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourir

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Copo: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

● Direito civil III : os principais instrumentos do planejamento patrimonial familiar e sucessório / Andrea Elias da Costa...[et al.] : Alberto Gentil de Almeida Pedrosa, coordenação. — São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021. (Coleção O ● Direito e o Extrajudicial; volume 8)

Outros autores: Andrea Santos Gigliotti, Kareen Zanotti de Munno, Alessandro Silva Trindade, Letícia Araújo Faria

Bibliografia.

ISBN 978-65-5991-853-9

1. ● Direito civil 2. ● Direito civil - Brasil 3. ● Direito notarial e registral - Brasil I. Costa, Andrea Elias da. II. Gigliotti, Andrea Santos. III. Munno, Kareen Zanotti de. IV. Trindade, Alessandro Silva. V. Faria, Letícia Araújo. VI. Pedrosa, Alberto Gentil de Almeida. VII. Série.

21-73453

CDU-347

Índices para catálogo sistemático:

1. ● Direito civil 347

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA COLEÇÃO	5
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	9
ESTRUTURA DA COLEÇÃO	11
SOBRE A COORDENAÇÃO	13
SOBRE OS AUTORES DA COLEÇÃO	15
APRESENTAÇÃO DO VOLUME.....	25
SOBRE OS AUTORES DO VOLUME	27
1. INTRODUÇÃO AO PLANEJAMENTO ECONÔMICO FAMILIAR E SUCESSÓRIO.....	33
ANDREA ELIAS DA COSTA	
1. Introdução	33
2. Conceito	34
3. A Família Contemporânea	35
4. Instrumentos Jurídicos Para o Planejamento Sucessório	36
4.1. Direito Civil	37
4.1.1. Família – Regime de bens	37
4.1.2. Sucessões – Testamento	39
4.1.3. Contratos – Doação	42
4.2. Direito Empresarial	43
4.2.1. Holding	43
2. DOAÇÃO.....	45
ANDREA SANTOS GIGLIOTTI	
1. Introdução: A Função Notarial e a elaboração da escritura pública de doação: atividade preventiva de litígios.....	45
2. Doação – Breve história sobre sua origem.....	50
3. Natureza jurídica.....	51
4. Características.....	53
5. Cuidados a serem tomados pelo Notário nos seguintes atos.....	57
5.1. Doação universal.....	57

5.2.	Doação inoficiosa (preservação da legítima dos herdeiros necessários)	58
5.3.	Compra e venda bipartida e a doação de numerário pelos pais ao filho menor para adquirir bem imóvel	63
5.4.	Doação com reserva de usufruto e a questão tributária	65
5.5.	Cláusula de reversão na doação	67
5.6.	Cláusulas restritivas de inalienabilidade, incomunicabilidade e impenhorabilidade na doação e a necessidade de justificar a imposição da cláusula sobre os bens da legítima	69
5.7.	Impactos do regime de bens e a incomunicabilidade na doação	70
3.	PACTO ANTENUPCIAL, UNIÃO ESTÁVEL E CONTRATO DE NAMORO	73
	KAREEN ZANOTTI DE MUNNO	
1.	Os regimes de bens matrimoniais no Direito brasileiro	73
1.1.	Do pacto antenupcial	81
1.2.	Os limites do pacto antenupcial	83
1.2.1.	O pacto antenupcial para o idoso	83
1.2.2.	Os limites do pacto antenupcial com relação ao direito sucessório	85
1.2.3.	Questões práticas do pacto antenupcial	88
1.2.4.	Alteração de regime de bens	94
2.	União Estável	95
2.1.	Escolha do regime de bens na união estável	99
2.2.	Testemunhas na escritura de união estável	102
2.3.	União poliafetivas e uniões simultâneas	103
2.4.	Elementos essenciais da união estável	105
2.5.	A questão sucessória	105
3.	Contrato de Namoro	107
4.	SEPARAÇÃO, DIVÓRCIO E PARTILHA	111
	KAREEN ZANOTTI DE MUNNO	
1.	A Lei 11.441/2007	111
2.	O Divórcio, a Separação e a Dissolução da União Estável Extrajudicial – Requisitos	113
3.	A subsistência do instituto da separação	116
4.	Elementos e requisitos da escrituração	117
5.	Partilha de bens	122
6.	Restabelecimento da sociedade conjugal	124
7.	Sigilo	126
5.	SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA	129
	ALEXSANDRO SILVA TRINDADE	
1.	Apresentação	129

2.	Direito das sucessões: aspectos gerais.....	130
2.1.	Conceito, noções e fundamentos.....	130
2.2.	Formas de sucessão.....	132
2.3.	Abertura da sucessão.....	136
2.4.	Capacidade para suceder.....	137
2.5.	Aceitação e Renúncia.....	138
3.	Sucessão testamentária.....	139
3.1.	Testamento: conceito e fundamento histórico.....	139
3.2.	Características do testamento.....	145
3.3.	Capacidade testamentária ativa.....	148
3.4.	Capacidade testamentária passiva: legitimação para suceder por testamento.....	153
3.5.	Deserdação.....	161
3.6.	Direito de representação.....	165
3.7.	Direito de acrescer.....	166
3.8.	Substituições testamentárias.....	170
3.9.	Encargo da testamentaria.....	175
4.	Formas testamentárias.....	176
4.1.	Testamento público.....	176
4.2.	Testamento cerrado.....	187
5.	Disposições testamentárias.....	189
5.1.	Nomeação de herdeiros e legatários sob condição, termo, com previsão de encargo e por motivo determinado.....	190
5.2.	Interpretação dos testamentos.....	192
5.3.	Invalidades e determinabilidade das disposições.....	196
5.4.	Cláusulas restritivas.....	198
6.	Legados.....	201
7.	Revogação, caducidade, rompimento e nulidade do testamento.....	204
6.	O INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL.....	209
	LETÍCIA ARAÚJO FARIA	
1.	Arcabouço Legislativo.....	210
2.	Conceitos e Finalidades.....	216
3.	Características Principais Trazidas pela Lei 11.441/07.....	221
3.1.	Partes Capazes e Concordes.....	221
3.2.	Assistência Jurídica por Advogado.....	225
3.3.	Facultatividade da Via Eleita.....	228
3.4.	(In)Existência de Testamento Válido.....	230
4.	Aspectos Gerais.....	238
4.1.	Escolha do Tabelionato.....	238

4.2.	Desnecessidade de Homologação Judicial	242
4.3.	Fixação de Emolumentos e Gratuidade do Procedimento Extrajudicial	246
4.4.	Possibilidade de Buscas quanto as Escrituras Lavradas.....	251
5.	Atos Referentes ao Inventário e à Partilha	252
5.1.	Nomeação de Interessado para Representar o Espólio – ● inventariante	252
5.1.1.	Possibilidade de Nomeação Plúrima de Inventariantes	255
5.2.	Retificação de Inventários e Partilhas – Judiciais e Extrajudiciais ...	258
5.3.	Verbas constantes da Lei 6.858/1980.....	263
5.4.	Recolhimento Antecipado dos Tributos Incidentes	265
5.5.	As Cessões de Direitos Hereditários, dos Direito de Meação e a Renúncia	267
5.5.1.	Cessão de Direitos Hereditários de Bem Determinado.....	279
5.6.	Reconhecimento da meação e do direito sucessório do companheiro	283
5.7.	Análise formal da Escritura Pública de Inventário Extrajudicial....	288
5.8.	Sobrepilha	292
5.9.	Escritura de Adjudicação.....	298
5.10.	Existência de Credores	298
5.10.1.	Credor como Parte na Escritura Pública de Inventário e Partilha.....	303
5.11.	Inventário Negativo.....	304
5.12.	Inventário e Partilha referentes a Bens localizados no Exterior.....	306
5.13.	Aplicação Retroativa da Lei 11.441/07 e Fiscalização dos Tributos....	308
5.14.	Negativa pelo Tabelião de Lavrar o Ato.....	309
6.	Reflexos Patrimoniais e Instrumentais do Inventário Extrajudicial – A Partilha.....	310
6.1.	Colaço	312
6.2.	Análise do Título Aquisitivo do Bem Arrolado	317
6.3.	Valores dos Bens Arrolados.....	319
6.4.	Reconhecimento da Meação do Viúvo no Usufruto do Imóvel	326
6.5.	Valores atribuídos aos bens.....	332
6.6.	Inventários Sucessivos – Pós Morte	334
6.7.	Premoriência, Comoriência e Representação	339
7.	Reticências	343
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	345
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	347

DIREITO EMPRESARIAL

Alison Cleber **Francisco**

Breno **Dores**

Mateus Travaioli **Camargo**

Mario de Carvalho **Camargo Neto**

Paulo Roberto **Bastos Pedro**

ALBERTO GENTIL DE ALMEIDA PEDROSO

Coordenação

EXTRAJUDICIAL

VOLUME

9

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes,

Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Direito empresarial / Alison Cleber Francisco...[et al.] ; Alberto Gentil de Almeida Pedroso, coordenação. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021. -- (Coleção O Direito e o Extrajudicial ; volume 9)

Outros autores: Breno de Queiroz Paes e Silva, Mateus Travioli Camargo, Mario de Carvalho Camargo Neto, Paulo Roberto Bastos Pedro

Bibliografia.
ISBN 978-65-5991-852-2

1. Direito empresarial 2. Direito empresarial - Brasil 3. Direito notarial e registral - Brasil I. Francisco, Alison Cleber. II. Silva, Breno de Queiroz Paes e. III. Camargo, Mateus Travioli. IV. Camargo Neto, Mario de Carvalho. V. Pedro, Paulo Roberto Bastos. VI. Pedroso, Alberto Gentil de Almeida. VII. Série.

21-73451

CDU-34:338.93

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito empresarial 34:338.93

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA COLEÇÃO	5
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO.....	9
ESTRUTURA DA COLEÇÃO	11
SOBRE A COORDENAÇÃO	13
SOBRE OS AUTORES DA COLEÇÃO	15
SOBRE OS AUTORES DO VOLUME	25
1. DIREITO EMPRESARIAL E DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL.....	31
ALISON CLEBER FRANCISCO	
1. Introdução	31
2. O Empresário	35
2.1. Empresário Individual.....	36
2.2. EIRELI.....	39
2.3. Sociedades Empresárias.....	41
a. A Sociedade Limitada	42
b. Sociedade Limitada Unipessoal	49
c. Sociedade Anônima	50
3. Registro das Empresas.....	54
4. MEI, ME e EPP.....	58
2. DIREITO SOCIETÁRIO E O EXTRAJUDICIAL.....	61
BRENO DE QUEIROZ PAES E SILVA	
1. Quadro Geral das Pessoas Jurídicas.....	62
2. Da Personalização das Sociedades Empresárias.....	63
3. Das Consequências da Personificação	64
4. Da Classificação das Sociedades Empresárias.....	64
4.1. Da responsabilidade limitada das sociedades do tipo Limitada – LTDA.....	65
4.2. Da responsabilidade limitada das sociedades do tipo Sociedade Anônima.....	66

5.	Desconsideração da Personalidade Jurídica	67
5.1.	Teoria Maior, Teoria Menor e Teoria Inversa da Desconsideração da Personalidade Jurídica	67
6.	Do Contrato Social	71
7.	Da Transformação do Registro	75
8.	Do Sócio da Sociedade Contratual	75
9.	Da Exclusão de Sócio	79
10.	Das Sociedades Não Personificadas	80
10.1.	Sociedade em comum	80
10.2.	Sociedade em conta de participação (arts. 991 a 996, CC)	81
11.	Sociedades Personificadas	82
11.1.	Sociedade Simples (S/S)	82
11.2.	Sociedade em Nome Coletivo (N/C) – arts. 1.039 a 1.044	84
11.3.	Sociedade em Comandita Simples (C/S) – arts. 1.045 a 1.051	85
11.4.	Sociedade Limitada (LTDA)	86
11.4.1.	Histórico e disposições preliminares	86
11.4.2.	Das quotas	88
11.4.3.	Da administração	89
11.4.4.	Da Teoria <i>Ultra Vires</i> ou da Teoria da Aparência	90
11.4.5.	Conselho Fiscal	92
11.4.6.	Deliberação dos sócios	92
11.4.7.	Da convocação e do quórum de instalação	93
12.	Do Aumento e Redução do Capital Social	95
13.	Da Resolução da Sociedade em Relação a Sócio Minoritário	96
14.	Dissolução de Sociedade Contratual	97
15.	Da comparação entre as normas supletivas das sociedades simples e das sociedades anônimas aplicadas às sociedades limitadas, nos casos omissos	100
16.	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI	101
17.	Das Sociedades por Ações	103
18.	Das Sociedades em Comandita por Ações	103
19.	Das Sociedades Anônimas ou Companhias	104
19.1.	Da constituição da sociedade anônima	105
19.2.	Das sociedades anônimas abertas e fechadas	106
19.3.	Dos órgãos das sociedades por ações	107
19.4.	Da Assembleia	107
19.5.	Do Conselho de Administração	108
19.6.	Da Diretoria	109
19.7.	Do Conselho Fiscal	109

20.	Das Ações	110
20.1.	Das ações ordinárias (ON)	110
20.2.	Das ações preferenciais (PN)	111
20.3.	Das <i>Golden Shares</i>	111
20.4.	Das ações de fruição	111
20.5.	Das ações nominativas	112
20.6.	Das ações escriturais	112
20.7.	Do valor das ações	112
20.8.	Dos valores mobiliários	113
20.9.	Das debêntures	114
20.9.1.	Das Notas Promissórias Comerciais ou <i>Commercial Paper</i> ...	115
20.9.2.	Das partes beneficiárias	116
20.9.3.	Dos bônus de subscrição	116
21.	Do Acordo entre Acionistas	116
3.	TÍTULOS DE CRÉDITO E PROTESTO EXTRAJUDICIAL	119
	MATEUS TRAVAIOLI CAMARGO	
	MARIO DE CARVALHO CAMARGO NETO	
1.	Conceito e função dos títulos de crédito	120
2.	Princípios dos títulos de crédito	122
2.1.	Cartularidade ou Incorporação	122
2.2.	Literalidade	133
2.3.	Autonomia, Abstração e Inoponibilidade de Exceções Pessoais a Terceiros de Boa-Fé	138
3.	Características dos títulos de crédito	147
3.1.	Natureza Essencialmente Comercial	147
3.2.	Bem Móvel	151
3.3.	Natureza <i>Pro solvendo</i>	151
3.4.	Circulação	156
3.5.	Títulos de Apresentação	157
3.6.	Obrigação quesível	159
3.7.	Título de resgate	163
3.8.	Executividade	166
3.9.	Presunção de Liquidez e Certeza	170
3.10.	Formalismo	173
3.11.	Solidariedade cambiária	176
4.	Declarações cambiárias	178
4.1.	Aceite	181
4.2.	Endosso	191

4.2.1.	Endosso-mandato	196
4.2.2.	Endosso-caução	201
4.3.	Aval	202
5.	Protesto de títulos (extrajudicial, cambial ou notarial) – conceito e função	211
5.1.	Classificação do Protesto	217
5.2.	Efeitos do Protesto.....	222
5.3.	Procedimento do Protesto Extrajudicial	223
5.4.	Cláusula sem protesto	224
5.5.	Protesto de Título Após a Prescrição da Ação Cambiária	225
6.	Aspectos relevantes para o protesto dos títulos de crédito mais recorrentes	228
6.1.	Cheque	228
6.2.	Nota Promissória	243
6.3.	Duplicata	247
6.4.	Letra de Câmbio	262
6.5.	Cédula de Crédito Bancário	263
4.	RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA E O EXTRAJUDICIAL	271
	PAULO ROBERTO BASTOS PEDRO	
1.	Recuperação judicial	271
1.1.	Requisitos para o requerimento da recuperação judicial.....	272
1.2.	Créditos incluídos	273
1.3.	Contrato de alienação fiduciária em garantia.....	273
1.4.	Contrato de arrendamento mercantil	278
1.5.	Contrato de venda e compra com reserva de domínio	278
1.6.	Promessa de venda e compra de bens imóveis com cláusula de irrevogabilidade e irretratabilidade.....	279
1.7.	Financiamento DIP	279
2.	Da falência.....	282
2.1.	Efeitos da sentença de falência no Registro do Empresário	288
2.2.	Arrecadação de bens do devedor.....	289
2.3.	Atos ineficazes em relação à massa falida	291
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	297

DIREITO INTERNACIONAL

Fernando Alves **Montanari**

Gisele Calderari **Cossi**

Júlia Cláudia Rodrigues da Cunha **Mota**

Karine Maria Famer Rocha **Boselli**

Márcia Cristina de Souza **Wrobel**

ALBERTO GENTIL DE ALMEIDA PEDROSO

Coordenação

EXTRAJUDICIAL

VOLUME

10

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretor de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patricia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourir

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Direito internacional / Fernando Alves Montanari...[et al.] ; Alberto Gentil de Almeida Pedrosa, coordenação. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021. -- (Coleção • Direito e o Extrajudicial ; volume 1 •)

Outros autores: Gisele Calderari Cossi, Júlia Cláudia Rodrigues da Cunha Mota, Karine Maria Famer Rocha Boselli, Márcia Cristina de Souza Wrobel

Bibliografia.

ISBN 978-65-5991-851-5

1. Direito internacional 2. Direito internacional - Brasil I. Montanari, Fernando Alves. II. Cossi, Gisele Calderari. III. Mota, Júlia Cláudia Rodrigues da Cunha. IV. Boselli, Karine Maria Famer Rocha. V. Wrobel, Márcia Cristina de Souza. VI. Pedrosa, Almeida Alberto Gentil de. VII. Série.

21-73439

CDU-341

Índices para catálogo sistemático:

I. Direito internacional 341

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

PREFÁCIO DA COLEÇÃO	5
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	9
ESTRUTURA DA COLEÇÃO	11
SOBRE A COORDENAÇÃO	13
SOBRE OS AUTORES DA COLEÇÃO	15
SOBRE OS AUTORES DO VOLUME	25
INTRODUÇÃO	31
1. NACIONALIDADE	35
JULIA CLAUDIA RODRIGUES DA CUNHA MOTA e KARINE MARIA FAMER ROCHA BOSELLI	
1.1. Nacionalidade: uma análise histórica	35
1.2. Nacionalidade: conceito e natureza jurídica	41
1.3. Critérios para aquisição e perda da nacionalidade	46
1.4. Critérios para aquisição e perda da nacionalidade brasileira	48
1.4.1. Análise à luz da Constituição Federal de 1988	53
1.4.1.1. Nacionalidade originária: critério misto (<i>ius soli</i> e <i>ius sanguinis</i>) e opção de nacionalidade	53
1.4.1.2. Nacionalidade derivada, perda e naturalização forçada e retomada da nacionalidade	65
1.5. Atuação do Registro Civil das Pessoas Naturais no controle da aquisição, perda e retomada da nacionalidade	75
1.5.1. Função delegada à luz do art. 236 da Constituição Federal	76
1.5.2. Qualificação registrária e a prova da nacionalidade – registros, traslados e certidões	79
1.5.3. O Registro da Naturalização para fins probatórios e Procedimento de Opção de Nacionalidade	81
1.6. Conclusão	84
2. O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO, A LEGALIZAÇÃO, A CONSULARIZAÇÃO E O APOSTILAMENTO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS	85
FERNANDO ALVES MONTANARI	
2.1. O Direito Internacional Privado e a Importância da Legalização de Documentos Públicos na Órbita Internacional para Efetivação da Cidadania	86

2.2. A Legalização de Documentos Públicos – Breves Apontamentos.....	90
2.3. Legalização Consular e Consularização – Generalidades	91
2.4. A Convenção da Haia sobre a eliminação da exigência de legalização de documentos públicos estrangeiros adotada pelo Brasil e instituída pela Conferência de Direito Internacional Privado	97
2.5. Apostilamento de documentos públicos	102
2.5.1. Regulamentação da apostila	102
2.5.1.1. Comitê Gestor e Ouvidoria do CNJ	104
2.5.2. Apostila.....	105
2.5.2.1. Verificação de assinatura ou sinal público, cargo ou função e selo ou carimbo.....	115
2.5.2.2. Sistema Eletrônico de Apostilamento (APOSTIL) e Apostila Eletrônica (e-APP).....	118
2.5.3. Competência para apostilar.....	122
2.5.4. Documentos públicos apostiláveis	127
2.5.5. Hipóteses de dispensa de legalização e a Convenção da Apostila... ..	131
2.5.6. Idioma do documento e tradução juramentada	139
2.5.7. Emolumentos.....	141
Conclusão.....	142
3. CONDIÇÃO JURÍDICA DO MIGRANTE E A LIMITAÇÃO DE DIREITOS....	145
GISELE CALDERARI COSSI	
3.1. Conceito de migrante e não migrante.....	147
3.1.1. Conceito de refugiado, apátrida e asilado	151
3.2. Regular estada do migrante	153
3.2.1. Migrante com visto.....	155
3.2.2. Residente fronteiriço	155
3.2.3. Apátrida	159
3.2.4. Asilado	160
3.2.5. Solicitação de autorização de residência	162
3.3. Direitos do migrante: limites e o princípio da reciprocidade	165
3.4. Situação irregular do migrante	166
Conclusão.....	170
4. HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL	171
KARINE MARIA FAMER ROCHA BOSELLI	
4.1. Homologação de Sentenças Estrangeiras e os juízos de delibação	171
4.2. Homologação de Sentença Estrangeira no Brasil.....	172
4.3. O Divórcio Simples Estrangeiro e sua eficácia no Brasil.....	176
4.4. Há algum juízo de delibação a ser feito quanto ao Divórcio Simples?	180
Conclusões	183

5. A LEI APLICÁVEL E A IDENTIFICAÇÃO DO ESTRANGEIRO	185
GISELE CALDERARI COSSI	
5.1. LINDB e a lei aplicável: domicílio	192
5.2. Identificação civil do estrangeiro: visto e os documentos de identificação ...	194
5.2.1. Tipos de vistos e a regular estadia do estrangeiro	199
5.2.2. Documentação de identificação: RNM, Passaporte, <i>Laissez-passer</i> , dentre outros	203
5.2.3. Exigência de CPF para estrangeiros	210
5.3. Estrangeiro e o direito de propriedade	210
5.3.1. Requisitos e condições para aquisição de imóveis rurais por estrangeiro	212
Conclusão	214
 6. REGIME DE BENS NOS CASAMENTOS DE BRASILEIROS CELEBRADOS POR AUTORIDADES ESTRANGEIRAS	 217
JULIA CLÁUDIA RODRIGUES DA CUNHA MOTA, KARINE MARIA FAMER ROCHA BOSELLI e MÁRCIA CRISTINA DE SOUZA WROBEL	
6.1. Do casamento de brasileiros realizado no exterior e seus efeitos para o Direito Internacional Privado: aspectos preliminares	218
6.2. O casamento de brasileiros celebrado no Exterior	222
6.3. Dos aspectos patrimoniais no casamento	226
6.4. Da trasladação de casamentos de brasileiros celebrados no exterior	228
6.4.1. Questões preliminares: validade, eficácia e prazo para trasladação	228
6.4.2. Dos documentos necessários para a trasladação	230
6.4.3. Das consequências da omissão de regime bens na trasladação do casamento de brasileiros ocorrido no exterior	232
6.5. Escritura pós-nupcial e reflexos no direito brasileiro	235
6.6. Possibilidade de retificação ou inclusão do regime omissivo	236
6.7. (Como solucionar) a omissão de regime de bens de casamento celebrado por autoridade celebrante do país estrangeiro	240
Conclusão	246
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 249